



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 03 dias do mês de Novembro de 2020, às 18 horas e 05 minutos, retomando com os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através do decreto nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva e Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, André Breda, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

- 1- Aprovação das Atas da reunião, ordinária realizada em 19/10/2020.
- 2- Apresentação e posse da nova Conselheira Administrativa, eleita em pleito suplementar e representante do segmento dos segurados inativos.
- 3- Apresentação do Relatório Gerencial Bimestral dos meses de julho e agosto de 2020;
- 4- Indicação de membro do Conselho Administrativo para composição da Comissão de Gestão de Carreiras, nos termos do artigo 33, da Lei Complementar 73/2020;
- 5- Deliberação sobre a prorrogação do contrato de prestação de serviços de fornecimento de licença de uso de locação de software para gestão de recursos humanos (folha de pagamentos), de acordo com os documentos enviados previamente;
- 6- Assuntos Diversos.

A presidente do conselho administrativo, Sandra, dá início a reunião dando boas-vindas a todos. Esta foi a primeira reunião presencial após um longo período que por conta da pandemia vinha acontecendo de maneira virtual. Lembrando que todas as medidas para contenção ao COVID 19, foram tomadas para tal.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

A seguir os itens das pautas foram anunciados.

Antes de iniciar o primeiro o item de pauta da reunião, a presidente do conselho formalmente deu boas vindas a nova conselheira Eliete, sendo acompanhada pelos demais do conselho.

Iniciando o **item 01**. Sandra coloca em deliberação a aprovação da ata da reunião ordinária do conselho administrativo realizada em 19/10/2020, que já havia sido enviada previamente para apreciação e possíveis correções dos conselheiros por via e-mail e whatsapp. Todos os conselheiros deliberaram e aprovaram sem nenhuma ressalva, exceto a conselheira Eliete, que até a última reunião não fazia parte formalmente da composição do conselho.

No **item 2**. Apresentação e posse da nova Conselheira Administrativa, eleita em pleito suplementar e representante do segmento dos segurados inativos. O semanário documentando a posse da conselheira Eliete saiu na semana anterior e hoje formalmente ela passa a participar das reuniões do conselho. Eliete se apresentou para todos contando que foi servidora 24 anos na prefeitura de Paulínia, na função de assistente social e está há 4 anos aposentada, e que também participou do conselho administrativo nos anos 2017 a 2019, ressaltando período bastante difícil, de muitos entraves, diferente, no entanto do momento que a Pauliprev vive neste momento. A conselheira agradeceu os 502 votos recebidos na eleição suplementar assim como os 103 que não puderam ser validados por algum motivo e pontuou o significado desta votação, que deu legitimidade a sua representatividade no conselho, considerando o momento de pandemia, a votação no formato virtual que apresenta algumas dificuldades para muitos servidores que não tem intimidade com a tecnologia, e pelo fato de que mesmo as pessoas sabendo que ela era a única candidata fizeram questão expressar seu voto. A seguir citou que apesar de ter deixado o Conselho Administrativo em Abril/2019, continuou participando das reuniões presenciais e depois via vídeo frente a pandemia. Finalizando, acrescentou que estaria vindo para somar ao grupo, aprender sempre, se colocando a disposição de todos. A presidente Sandra resalta que a conselheira Eliete foi conduzida novamente ao conselho através do pleito suplementar, pois havia uma vaga em vacância, e que a Lei municipal 69/2018 regulamenta que todos os conselheiros sejam certificados pela Anbima com o CPA-10 e após as últimas eleições os conselheiros tinham o prazo de 180 dias para se certificar, porém alguns não conseguiram e por isto esta vaga foi gerada, sendo agora ocupado pela Eliete que está devidamente certificada, assim como todos os outros membros do conselho. Todos os demais conselheiros da mesa já haviam dado boas-vindas a nova companheira através do grupo do conselho e o fizeram também durante a reunião.

No **item 3**. Apresentação do Relatório Gerencial Bimestral dos meses de julho e agosto de 2020. O controlador interno Bruno conduziu a apresentação. Toda documentação pertinente e detalhada envolvendo o assunto foi enviado para os



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Eliete', 'Sandra', and 'Bruno', along with the acronym 'FAB' and other illegible marks.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

conselheiros previamente. O relatório tem como foco o 4º bimestre, porém, trouxe os dados desde janeiro de 2020. O controlador apresentou os temas:

1. Despesas:

- Folha de pagamento dos aposentados:

No bimestre analisado observa-se um aumento com as despesas, em julho ocorreu o pagamento da primeira parcela do adiantamento do 13º salário, e em agosto o reajuste de 4,5% no salário dos servidores e dos aposentados por paridade e também pelo pagamento retroativo dos valores entre maio a julho. O aumento do número de aposentados no início do ano até o momento foi linear, sendo uma média de 13 servidores por mês.

Os valores pagos aos pensionistas seguem a mesmo padrão, não tem grandes variações de movimentação.

A folha de pagamento dos conselheiros também segue o mesmo padrão, apresenta algumas variações comparando-se os meses por causa das datas das reuniões, que as vezes acontecem depois do fechamento da folha de pagamento, ocasionando o pagamento do Jeton na competência do mês posterior.

A folha dos servidores ativos do Pauliprev segue o mesmo padrão até agosto.

Sobre o custo administrativo, observa-se que nos últimos meses os valores aumentaram, justificado pelo peso dos proventos dos servidores do Instituto. O controlador interno destacou que se projetar a média dos valores gastos até o final do ano de 2020 e comparar com o gasto anual de 2019, espera-se que tenhamos uma redução de aproximadamente R\$ 700 mil reais.

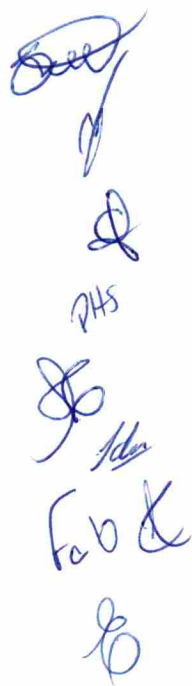
2. Receitas:

- Repasses de contribuição previdenciária: Observa-se que de janeiro a julho foi mantido uma média, com aumento expressivo a partir de agosto, explicado pelo implemento da alíquota de 14% e também pelo aumento da base previdenciária, reflexo do reajuste no salário dos servidores e da contribuição patronal.

- Receitas não recorrentes: Compensação previdenciária e parcelamento de débitos patronais, estava sendo mantido uma média constante de valores até o mês de julho, quando se encerrou o acordo do parcelamento patronal. A partir deste mesmo mês, o Instituto passou a receber da prefeitura o ressarcimento do auxílio doença pago, referente aos meses de novembro de 2019 a março de 2020 em observância a emenda constitucional 103/2019 que passou a responsabilizar o ente pelo pagamento deste benefício. A conselheira Eliete questionou sobre os acordos do novo parcelamento assinados recentemente e o controlador esclareceu que os novos valores devem aparecer no novo relatório, a partir do mês de setembro.

3. Saldo Financeiro

- Relação entre receitas e despesas: Em boa parte dos meses houve um equilíbrio ou superávit, com uma tendência a déficit financeiro no mês de julho se focar somente em arrecadações e despesas, por conta do pagamento da primeira parcela 13º salário que os servidores recebem de maneira integral, e somente havendo o desconto da contribuição previdenciária na segunda parcela. O controlador ainda



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, followed by several smaller initials and the name 'Fabio' written vertically.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

destacou o superávit ocorrido no mês de agosto, justificado pelos fatores apresentados na parte das receitas.

4. Investimentos

Desde março o resultado na área de investimentos é negativo em função dos reflexos da pandemia sobre o mercado financeiro. Houve uma tendência de recuperação até o mês de julho e em agosto ocorreu uma baixa.

A bolsa de valores do mês janeiro até a data de hoje tem um acumulado de -20% afetando diretamente o Pauliprev porque de 15 a 20% dos investimentos estão em fundo de ações.

Os fundos de renda fixa também tiveram um rendimento abaixo do que era apresentado antes da pandemia.

O controlador Bruno apresentou o enquadramento dos valores e tipos de investimentos do Instituto, ressaltando que, boa parte dos valores estão em Fundo de ações, Tesouro Nacional, Fundos de renda fixa, e também abordou sobre as movimentações que ocorreram no bimestre julho e agosto que devem refletir no próximo relatório.

Sobre aplicações e resgates desde fevereiro os valores mantêm uma tendência constante.

5. Previdências e Perícias

- Protocolos: Ocorreu uma queda desde o mês de maio, sendo o assunto certidão o maior volume de protocolos.

- Atendimentos: O atendimento telefônico do Instituto aumentou expressivamente desde março e ocorreu uma queda do atendimento presencial, durante esse período da pandemia. O Pauliprev continuou fazendo atendimentos presenciais de maneira agendada e seguindo as recomendações de saúde.

-Aposentadorias e pensões concedidas: Em janeiro há um número elevado, justificado pelo recesso administrativo no final do ano anterior, nos demais meses segue a média de 12 aposentadorias por mês, sendo a maior parte delas associadas ao tempo de contribuição.

- Auxílio doença: em abril ocorreu um número maior de servidores afastados, com redução em maio, depois de maneira geral, manteve-se uma média mais alta, sendo o principal motivo a psiquiatria e com destaque para a secretária de saúde onde concentra-se a maior parte dos servidores atuando na linha de frente da pandemia.

- Compras diretas: Observa-se uma redução em julho e agosto, reflexo da atividade do Instituto que conseguiu reduzir gastos, não houve nenhuma despesa direta de maneira elevada, mantendo uma média de R\$ 2 mil reais.

- Contratos Fixos: desde maio há uma tendência de queda de R\$ 45 mil para R\$ 40 mil reais ao mês, explicado pelo encerramento do contrato de consultoria contábil. O Instituto tinha 2 contratos contábeis e para a renovação, os serviços foram concentrados em apenas um.

Os gastos estão concentrados no aluguel do Instituto, locação de computadores, sistema contábil e consultoria e o sistema de folha de pagamento, cuja soma destes contratos representam 75% dos gastos fixos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Soc', 'PMS', 'Fol', and 'Jo']



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

-Contratos variáveis: destaca-se os gastos com a custódia de títulos públicos, energia elétrica, que apresenta um aumento em alguns meses por conta da contabilização da empresa de energia pela folha de pagamento.

-Despesa com fornecedores: A média é de R\$ 45 mil reais, considerando contrato fixo, compra direta e contrato variável.

Ao término da apresentação ainda foram esclarecidas algumas dúvidas dos conselheiros. Sobre o setor de perícias, os dados aparecem no relatório porque o trabalho físico acontece no Pauliprev, o convênio com a prefeitura de cessão dos servidores está sendo cumprido e teve início no mês de setembro, o presidente André detalhou todo o processo que está sendo feito para o repasse dos valores referente a este convênio, conforme já explicado em outras reuniões. A presidente do conselho elogia o relatório apresentado e todas as informações detalhadas que foram enviadas com antecedência. Sobre o aumento da contribuição previdenciária, a conselheira Nara comentou sobre os valores positivos revertidos para o Instituto, também comentou sobre as glosas de aposentadorias relacionadas a falta da carteira do PIS e de portarias de concessão de adicional por tempo de serviço e insalubridade. O presidente do Instituto, André, comentou que o relatório tem sido condensado para melhor entendimento de todos, e ressaltou que esses novos apontamentos mencionados pela conselheira Nara tem surgido como motivo para o Tribunal de Contas glosar aposentadorias de 2019, sendo que a informação do número do PIS, esta consta diversas vezes no documentação para aposentadoria através dos holerites, certidão de tempo contribuição da prefeitura, certidão de tempo contribuição do INSS e outros documentos, o segundo apontamento que se refere as portarias, historicamente nem prefeitura, nem Câmara nunca fizeram portaria para concessão por tempo de serviço por se tratar de uma aplicação automática contida em Lei orgânica, diante disso, o Pauliprev aplicou recurso junto ao Tribunal de Contas e estamos esperando o retorno. O presidente do Instituto continuou abordando o assunto contando o histórico de glosas de aposentadorias no Pauliprev.

Ao final desta pauta, a presidente Sandra, em nome do conselho, agradeceu e reconheceu todo trabalho empenhado do comitê de investimentos em resolver os problemas do passado e o êxito que tem tido o serviço por eles executado.

No **item 4**. Indicação de membro do Conselho Administrativo para composição da Comissão de Gestão de Carreiras, nos termos do artigo 33, da Lei Complementar 73/2020. A presidente Sandra explica que esta comissão trata do PCCV dos servidores do Instituto e que em alguns momentos esse plano começou a ser discutido no conselho, considerando inclusive que o PCCV da prefeitura está estagnado. A conselheira Eliete primeiramente questiona sobre a composição da comissão, o presidente André explica que a proposta era um conselheiro do administrativo e outro do fiscal, mas que por fim, na descrição da lei ficou como dois servidores e dois conselheiros sem especificação, o ideal seria que cada conselho indicasse um, mas caso o conselho fiscal abra mão da indicação, a composição da comissão poderia ser feita por dois conselheiros administrativos. Depois, a

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Sandra', 'Nara', 'André', 'Eliete', 'Fato', and 'O']

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

conselheira comentou que no passado quando começou a discussão sobre o PCCV a proposta seria seguir o mesmo caminho e trâmite do PCCV da prefeitura, entretanto, neste momento o da prefeitura está parado e do Pauliprev está caminhando, questiona se não seria mais adequado os processos caminharem juntos de fato para evitar confusão caso se resolva a situação do Pauliprev antes da prefeitura, expos ainda que não achava justo o encaminhamento desta forma, uma vez que quando há ganhos, segue-se a Prefeitura, caso contrário não segue a mesma. A presidente Sandra comenta o fato de apesar do Instituto caminhar em conjunto com a prefeitura, o prazo determinado de implementação do PCCV para os servidores do Pauliprev consta na lei da estrutura administrativa da contratação dos servidores do Instituto e não pode ser ignorado, sendo passível de apontamentos nos tribunais. O presidente André menciona que fez parte do conselho no passado quando começou a discussão sobre o PCCV, posteriormente, quando assumiu a diretoria do Pauliprev identificou que já havia um apontamento do Tribunal de contas e que isto veio se confirmar depois. A Lei 3570/2017 sobre a estrutura administrativa do Pauliprev coloca um prazo de 12 meses para criação do PCCV para os servidores do Instituto e em julho de 2018 este prazo já estava vencido. Os servidores que estão no Pauliprev prestaram concurso, conforme edital que foi feito baseado nesta lei. No passado quando tratamos dessa questão, acordamos que deveria ser feito de forma isonômica. Na prefeitura as Leis 65 e 66 que tratam do PCCV para os servidores foram promulgadas em novembro de 2017 com aplicação para o ano 2019, os servidores que apresentaram a documentação não deixaram de ser habilitados, a prefeitura avaliou, habilitou e até publicou no semanário, entretanto, não efetivou para fins de pagamento. O PCCV da prefeitura também tem um prazo de vigência, porém, não está sendo cumprido. Em relação a situação do Pauliprev, há um prazo definido por lei publicada e vigente que nos cabe cumprir fazendo o processo técnico e legal de formar a comissão do plano de gestão de carreiras para habilitar nos marcos definidos por lei, que são exatamente os mesmos da prefeitura. O fato de habilitar e publicar neste momento é obrigação do Instituto e já foi apontado nos balanços anteriores, o pagamento será a próxima discussão. O presidente André ainda ressaltou que o fato de outro ente não fazer aquilo que é devido, correndo os riscos que ele quiser, não nos livra de sermos responsabilizados. O Instituto estava com dois problemas, o descumprimento da lei, porque se não fosse para ter PCCV no Pauliprev não deveria estar na Lei 3570, isto já cumprimos, agora, o segundo passo é fazer o processo de habilitação como ele deve ser feito. O Presidente do Instituto ainda expôs as possíveis barreiras para implementação do PCCV considerando a Lei 173/2022, que congelou os salários e suspendeu a ATS, lei de responsabilidade fiscal e efeito financeiro. Os conselheiros ainda discutiram sobre o tema e indicaram o conselheiro Fábio para comissão, caso haja oportunidade a conselheira Eliete irá participar também.

No **item 5**. Deliberação sobre a prorrogação do contrato de prestação de serviços de fornecimento de licença de uso de locação de software para gestão de recursos humanos (folha de pagamentos), de acordo com os documentos enviados previamente.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like 'Sandra', 'André', 'Fábio', and 'Eliete'.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

A presidente Sandra informa que o contrato foi enviado previamente com valores para análise do conselho. O conselheiro Fábio questiona se o sistema está preparado para adaptação do E-Social. O presidente André comenta que o sistema é modular e irá parametrizar conforme as necessidades de adequações, acrescentou outras informações sobre o edital de contratação e esclareceu que caso a empresa não responda de maneira satisfatória, o contrato pode ser revisto. Antes de finalizar o presidente ainda fez questão de mencionar que o contrato foi feito originalmente no valor de R\$ 33 mil por ano, sendo R\$ 2.250,00 por mês, agora passa a custar R\$34.283,04 por ano, ou seja 2.856,92 por mês, o que perfaz um índice de reajuste acumulado de 3.8879%, é o INPC do IBGE. Todos os conselheiros deliberaram e aprovaram de forma unânime, sem ressalvas.

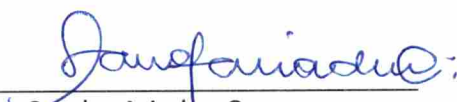
No item 6. Assuntos Gerais

A presidente Sandra comenta que a pauta assuntos gerais é utilizado quando há tempo hábil na reunião, e que não é a situação da reunião de hoje, informa que se alguém tiver algum questionamento urgente pode procurar o presidente André, que sempre está disponível, ou que traga o questionamento na próxima reunião, podendo até mesmo entrar como uma pauta de reunião.

Termina a reunião agradecendo a participação e a retomada presencial de todos, alerta para a situação atual da pandemia e recomenda que todos que puderem fiquem em casa.

Término as 20h04.

Paulínia, 03 de novembro de 2020



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Paulo H. Santos

Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo

Eliete Maria da Silva

Eliete Maria da Silva
Conselheiro Administrativo

Antônia Sirlene Lima

Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
03 de novembro de 2020 – 18:00 horas – Plenário da Câmara

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU BALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	ELIETE MARIA DA SILVA	